

Rio de Janeiro Ano 41 nº 369 - Maio / 2010

AEPET NOTÍCIAS

IMPRESSO ESPECIAL
CONT. Nº 9912179595
ECT/DR/RJ
AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

AGO DA PETROBRÁS:

AEPET REAFIRMA DEFESA DA SOBERANIA DO BRASIL NO SETOR PETRÓLEO, DA PETROBRÁS E DE SEU CORPO TÉCNICO

A AEPET, na qualidade de acionista minoritária da Petrobrás, em sua justificativa de voto, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Empresa, realizada no dia 22/04, reafirmou seus princípios estatutários, como a defesa da soberania do Brasil no setor petróleo, notadamente o monopólio estatal do petróleo, bem como sua disposição na defesa da Petrobrás e do seu corpo técnico. A AEPET questionou, também, a reeleição de Jorge Gerdau, inimigo contumaz do monopólio estatal do petróleo, para o Conselho de Administração da Petrobrás. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi eleito o novo presidente do CA.

Mais uma vez Jorge Gerdau permanece no CA da Petrobrás, sob protestos de vários petroleiros, em vista de que o referido empresário comandou o "lobby" que articulou a quebra do Monopólio Estatal do Petróleo, logo, contra os interesses da Petrobrás e do Brasil. A Empresa brasileira era a executora do referido monopólio. Para o presidente da AEPET "é inaceitável a eleição de Jorge Gerdau".

Durante aquela Assembleia Geral Ordinária, a AEPET, através de seu diretor de Pessoal, Silvio Sinedino, questionou a reeleição de Gerdau usando os votos da Petros, que é de propriedade dos empregados e aposentados da Petrobrás, que por sua vez não tinham sido consultados sobre esse voto. Sinedino também lembra

que Gerdau "é inimigo declarado da Petrobrás enquanto empresa estatal".

Sinedino informou, ainda, que na AGE (Assembleia Geral Extraordinária), realizada após a AGO, a AEPET questionou o fato da Petrobrás abrir mão do seu direito de preferência de compra das ações da Quattor Participações em benefício da Braskem. "O Pre-

sidente Gabrielli tentou argumentar que não teria havido prejuízo para a Petrobrás já que esta é proprietária da Braskem junto com a Odebrecht. Ora, claro que houve prejuízo para a Petrobrás, já que esta abriu mão de um direito que era 100% seu, partilhando-o com a Odebrecht, que foi logicamente beneficiada".

Voto da AEPET:

Senhor Presidente e senhoras e senhores acionistas,

No exercício do direito de fiscalizar, sabidamente uma das prerrogativas essenciais do acionista, consoante o art. 109, III, da Lei 6.404/76, o acionista minoritário, AEPET - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS - e outros que quiserem acompanhá-la - justificam nesta AGO o voto às matérias da Ordem do



Arte: Alessandra Bandeira

Dia. Com base no art. 130 daquela lei solicitem sua transcrição integral na Ata.

Como é público e notório, o Estatuto da AEPET define a sua finalidade: defender o Monopólio Estatal do Petróleo, defender a Petrobrás e defender o seu corpo técnico. Além, é claro, de defender a Soberania Nacional.

Portanto, neste momento, senhor presidente, face à auspiciosa descoberta da província do pré-sal, crucial para a consolidação do Brasil como Nação soberana e independente, faz-se necessária a união de todas as forças vivas da nossa Nação em defesa da retomada do preceito constitucional que define que a União Federal, portanto o povo brasileiro, é o proprietário do petróleo contido no subsolo

do nosso País.

Neste aspecto reconhecemos a atuação serena e efetiva em defesa da Petrobrás e do País por parte de Vossa Senhoria. Mesmo, às vezes contrariando as orientações do Governo e a ação deletéria de parte da imprensa que tenta fazer silenciar a Petrobrás.

Sabemos também, senhor presidente, que os Estados Unidos da América precisam desesperadamente de petróleo porque tem uma reserva de 29 bilhões de barris e consomem 10 bilhões por ano, sendo 8 bilhões internamente e 2 bilhões em suas bases militares e corporações espalhadas pelo mundo. Por isto já gastaram mais de US\$ 5 trilhões nas invasões do Iraque e Afeganistão.

Continua na pág 3

Diretoria do Clube de Engenharia avalia que a emenda Henrique Alves piora a proposta para a nova legislação do petróleo.

(Pág.4)

Acerca do salário mínimo dos engenheiros.

(Pág.2)

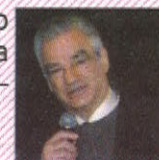
O petróleo e o meio ambiente (artigo de Emanuel Cencella).

(Pág.4)

DIA 18/05: PALESTRA DE FERNANDO SIQUEIRA NO CLUBE DE OFICIAIS DA RESERVA E REFORMADOS DA MARINHA

O presidente da AEPET, Fernando Leite Siqueira, proferirá a palestra "O Pré-Sal e a conjuntura do petróleo no mundo", no dia 18 de maio, próximo, às 16 horas, no auditório do Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha. É uma ótima oportunidade para se entender a importância estratégica do Pré-

Sal para o Brasil, bem como a realidade do petróleo no mundo atual. Local: Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha - avenida Passos, 122 - 2º andar - Centro - Rio de Janeiro. Para mais informações: (21) 2233-4560.



LIBERDADE DE IMPRENSA

Fala-se diariamente em liberdade de imprensa, na maioria das vezes, com críticas ao presidente da Venezuela Hugo Chávez. Sem a menor dúvida, a liberdade de imprensa é um dos pilares da democracia. Mas, precisamos analisar até que ponto essa liberdade é real. Alguns exemplos: a rede Globo defende em editoriais semanais a legislação atual do petróleo, que dá 100% da propriedade do energético a quem o produz, ou seja, no interesse do cartel internacional do petróleo, contra o Brasil. E o projeto criminoso de FHC [Lei 9478/97], no caso do Pré-Sal, chega a ser um crime hediondo de lesa-pátria. O projeto do atual Governo traz avanços consideráveis, mas recebe críticas sistemáticas dessa grande mídia, pois o projeto retoma boa parte da propriedade do petróleo para a Nação. Os âncoras e comentaristas da Globo News, por exemplo, desfilam a sua tendenciosidade diariamente, seja na questão petróleo, seja no falso déficit da Previdência, ou contra a reforma agrária, fundamental para o desenvolvimento do País. A Folha de São Paulo relançou a requeitada acusação de fraude nas obras da Petrobrás. Mas, quem carteliza as concorrências são as grandes empresas, que o fazem em todas as obras do País. A acusada é a Petrobrás, no exato momento em que se discute a nova legislação do petróleo, a capitalização da Empresa e a retomada da propriedade do petróleo aos seus verdadeiros donos: o povo brasileiro. A mídia não quer isto. O falso déficit da Previdência, tão presente nos conteúdos dos hegemônicos meios de comunicação, visa a impedir uma justa distribuição de renda, bem como a que o país alcance um crescimento sustentado. O desejo da mídia coincide com os interesses dos EUA, que entende o Brasil como o seu celeiro. Imprensa livre não pode ser tendenciosa.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
 Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
 Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: **Fernando Siqueira**
 Vice-Presidente: **Pedro da Cunha Carvalho**
 Diretor Administrativo: **Henrique Sotoma**
 Vice-Diretor Administrativo: **Gilbert Prates**
 Diretor de Comunicações: **Roldão Marques Fernandes**
 Vice-Diretor de Comunicações: **Diomedes Cesário da Silva**
 Diretor de Assuntos Jurídicos: **Paulo Teixeira Brandão**
 Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos: **David Garcia de Souza**
 Diretor de Pessoal: **Silvio Sinedino Pinheiro**
 Vice-Diretor de Pessoal: **Ronaldo Tedesco Vilardo**
 Diretor Cultural: **João Victor Campos**
 Vice-Diretor Cultural: **Felipe Campos Cauby Coutinho**
Conselho Fiscal
 Efetivos: Ricardo Maranhão, Arthur Martins, Ricardo Latgé
 Suplentes: Clemente F. da Cruz, Hamílcar Beviláqua Neto, Clovis C. Rossi

Núcleos
 Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / Aepet-BR: Adalberto César P. Costa / Aepet-Macaé: José Carlos L. de Almeida / Aepet-NS: Solon Mauro S. Fagundes / Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados
 Juiz de Fora: Murilo Marcatto / Espírito Santo: Paulo W. Magalhães - S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz / Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho / Pernambuco: Adelmo José Leão Brasil / Brasília: Velocino Tonietto

Redação
 Jornalista Responsável: José Carlos Moutinho (Mtb 24460)
 Reportagem: José C. Moutinho / Julio César Lobo
 Fotografia: Alessandra Bandeira
 Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com
 Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira
 Diagramação: Alessandra Bandeira
 Impressão: Monitor Mercantil
 Tiragem: 16.500 mil exemplares
 Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br
 Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

COLUNA DO ASSOCIADO

ACERCA DO SALÁRIO MÍNIMO DOS ENGENHEIROS

Aos Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Geólogos ou Químicos da Petrobrás



Pedro da Cunha Carvalho*

De acordo com a legislação vigente, é assegurado aos ocupantes dessas funções um salário mínimo profissional.

A AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás, que congrega engenheiros e profissionais de nível superior que trabalham na Petrobrás e suas subsidiárias, foi procurada por um grupo de engenheiros da Empresa para saber a respeito do não recebimento do salário mínimo que lhes é garantido por lei.

Algumas consultas foram feitas por eles junto aos órgãos de Recursos Humanos da Petrobrás. E obtiveram como respostas que a Petrobrás cumpria a lei, pois além do salário básico, eles recebiam adicionais como RMNR e periculosidade, constantes do valor total de sua remuneração. Assim, argumenta a Empresa, a remuneração ultrapassa o salário mínimo profissional dos engenheiros.

Entretanto, a legislação menciona expressamente "salário base" e não remuneração. Nos contracheques dos engenheiros há a indicação "salário básico",

cujo valor é inferior ao determinado por lei.

Nesse sentido, a AEPET promoveu uma primeira reunião com os interessados. Ficou decidido que ela iria consultar o Sindicato dos Engenheiros (SENGE-RJ). Depois, na reunião da AEPET com o Diretor Jurídico do SENGE, constatou-se que realmente a Empresa não estava cumprindo a Lei 4950-A, de 1966.

Nesta segunda-feira (19/04/10), houve nova reunião entre a AEPET, Diretor Jurídico do SENGE e diversos interessados. Foram examinadas possíveis linhas de ação para solucionar o problema. Entre essas linhas de ação, foram analisadas: ações jurídicas individuais, ações de grupos e ação coletiva pelo SENGE-RJ.

Contudo, antes de se decidir pelo acionamento da Justiça, foi acordado que se iria procurar um canal de negociação com a Direção da Petrobrás, por meio de carta a ser elaborada conjuntamente pelo SENGE e AEPET.

Também ficou acertado que o Presidente da AEPET, em seu pronunciamento na próxima

Assembleia dos Acionistas, no dia 22/04/2010, iria falar sobre o problema.

Numa terceira linha de ação, paralela, os interessados ficaram de encaminhar à Ouvidoria da Petrobrás um texto que será preparado e divulgado oportunamente a todos. A ideia é pressionar a Petrobrás para que se pronuncie sobre o assunto. É fundamental que este texto seja encaminhado para o maior número possível de engenheiros da Companhia que se encontrem na situação aqui relatada.

A solução por meio jurídico será reservada para uma próxima etapa. Também será estudada a possibilidade da própria AEPET entrar com uma ação para defender o direito dos engenheiros e pessoal de nível superior da Petrobrás, incluído na legislação. Nesse caso, seria também desejável que os interessados ingressassem no quadro de sócios da AEPET.

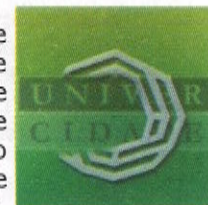
* **Pedro Carvalho é Vice-Presidente da AEPET**
 vpresidencia@aepet.org.br

BENEFÍCIOS DA AEPET

Se você ainda não é sócio da AEPET, venha se associar e fazê-la cada vez mais forte. Basta ter qualquer curso de nível superior e trabalhar ou ter trabalhado (aposentado) em qualquer empresa do sistema Petrobrás. Associe-se e usufrua dos benefícios que criamos para você e seus familiares. Veja mais benefício no site da AEPET - www.aepet.org.br.

AEPET FIRMA CONVÊNIO COM A UNIVERCIDADE

A AEPET firmou convênio com a Escola de Ensino Superior UniverCidade para que os associados da Entidade e seus beneficiários tenham descontos em cursos de graduação e pós-graduação naquela instituição. Os laboratórios da UniverCidade têm bibliotecas completas em várias unidades, além de possuírem recursos de informática com a possibilidade de acesso a internet. A UniverCidade tem circuito interno de TV e vários outros recursos a disposição de seus alunos. A UniverCidade tem teatro com três auditórios e um salão de dança, além de ginásios poliesportivos. Para se associar ao convênio AEPET-UniverCidade, é preciso ser associado da AEPET.



LABORATÓRIO RICHET É NOVA ADESÃO NO PLANO AMA

A AEPET acaba de firmar um convênio com O Laboratório RICHET - Pesquisas de Physiopathologia Humana Ltda, para atendimento de serviços de Análises Clínicas, Anatomia



Análises Clínicas
Anatomia Patológica
Citopatologia
Exames Especiais

RICHET em Casa
Coleta Domiciliar



Patológica, Citopatologia e Citologia para os sócios da Associação. Os serviços a serem prestados estão nos endereços indicados na tabela anexa. Para ser elegível ao uso desses serviços, o sócio (ou dependente), deverá procurar o Laboratório RICHET através dos telefones: (021) 3184-3000. Os benefícios deste novo convênio, a exemplo dos demais feitos pela AEPET, só serão usufruídos pelo beneficiário enquanto o sócio permanecer nos quadros da AEPET. Por ocasião do seu eventual desligamento, cessarão todos os benefícios do convênio.

Para saber mais sobre os convênios oferecidos pela AEPET, acesse www.aepet.org.br - Coluna do Associado - ou ligue (21) 2533-1110 - Setor de Benefícios - Margareth Gonçalves ou Ivana Paranhos.



AEPET REAFIRMA DEFESA DA SOBERANIA DO BRASIL NO SETOR PETRÓLEO, DA PETROBRÁS E DE SEU CORPO TÉCNICO

Agora surge uma reserva, que somada à reserva existente, equivale a um novo Iraque na América Latina. A reativação da 4a Frota para atuar no Atlântico Sul é um sintoma claro da pressão sobre o Brasil. A atuação dos lobistas defensores do interesse estrangeiro no Congresso Nacional é outra evidência.

Sabemos ainda, que o cartel internacional do petróleo, que já foi detentor de 90% das reservas mundiais, hoje possui menos de 5% delas, contra cerca de 70% das oito maiores empresas estatais. As empresas do cartel estão se fundindo para sobreviver, mas sucumbirão se não obtiverem novas reservas. É outra poderosa fonte a pressionar o Governo para manter o atual marco regulatório, ótimo para elas e péssimo para o Brasil.

Comungamos ainda com a direção da Petrobrás pelo o propósito de preservá-la como empresa brasileira líder no setor de energia, geradora de tecnologia de ponta e que, sob controle do Estado, incentiva as universidades e empresas nacionais a desenvolver e implantar os projetos no Brasil, consolidando tecnologias e gerando impostos que sirvam para serem alocados pelo governo federal, precipuamente, em seus programas sociais.

Quanto à Política de defesa do Pré-sal

Desejamos parabenizar a direção da Petrobrás pela posição que tem sido levada aos debates com a sociedade e com o Governo Federal, na defesa de um novo marco regulatório, o que acabou resultando na proposta de Projetos de Lei alterando a legislação vigente. Conforme ficou claro para toda a nação, não existe mais o risco envolvido nas pesquisas do pré-sal, o que exige um novo marco regulatório. O artigo 26 da Lei 9478/97, por exemplo, é absolutamente lesivo aos interesses do País, visto que dá a propriedade total do petróleo a quem produzi-lo; também o decreto 2705/98 que fixa a participação da União no produto da lavra em 0 a 40% do óleo lucro, ou seja, no máximo 20% do total produzido, em dinheiro, contra a média mundial de 84% do óleo lucro recebido em petróleo pelos países exportadores. A Modalidade de contrato de serviços ou de partilha é muito mais adequada. São alguns dos pontos que exigem imediata revisão.

Certamente nenhuma ou poucas empresas teriam a coragem

de tomar a defesa da mudança da legislação, com tem defendido V.Sa., posição que atende aos interesses do País. As pressões logo se revelaram como ficou claro nas declarações da direção do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP). O instituto, que representa o cartel internacional do petróleo, reagiu contra a mudança na legislação, promovendo seminários por todo o país (6 só no Senado Federal) alegando que a mudança poderia, no seu entendimento, afastar os investidores. Esta, aliás, seria uma situação benéfica para o País.

O Projeto de Lei do Governo propondo o contrato de partilha

O absurdo é tal que constatamos, recentemente, que o salário básico de nível superior da Empresa está abaixo do salário mínimo de engenheiro estabelecido por lei.

teve avanços consideráveis em relação à legislação em vigor, pois designa a Petrobrás como a operadora da produção de todos os campos, gerando compra de materiais e serviços no País, desenvolvendo nova tecnologia; altera o contrato de concessão para partilha, retomando boa parte do petróleo para a União. A atual Lei 9478/97 é um horror: dá 100% da propriedade do petróleo a quem produzir e, no máximo 20%, em dinheiro, do petróleo/lucro para a União. Nos países exportadores o percentual médio que eles recebem é de 84%, em petróleo.

Mas o projeto do Governo cometeu um pecado capital: permitiu a continuidade dos leilões e, ao nosso ver, isto não traz qualquer benefício para o País. Só para as transnacionais. E, mais grave o deputado Henrique Alves, relator do projeto na Câmara, desfigurou o projeto do Governo ao introduzir um parágrafo no artigo 42. Esse parágrafo diz que os royalties pagos em reais serão devolvidos ao consórcio produtor, em petróleo. Ou seja, o consórcio não paga o imposto e ainda o recebe de volta, em petróleo, com duplo prejuízo ao País.

O Senador Pedro Simon apresentou emenda, a nosso pedido, para tentar corrigir esse absurdo crime de lesa-pátria cometido pela emenda do relator.

O Pré-sal é uma riqueza fantástica e, como tal deve ser preservado para que os recursos dele provenientes sejam utilizados unicamente a favor da na-

ção brasileira. Não se deve esperar que ainda venhamos a fazer descobertas de grande porte, fora da Margem Leste, uma vez que, após 55 anos de exploração, as bacias terrestres (paleozóicas), não deram resposta significativa aos esforços despendidos.

A AEPET se soma aos esforços de todos aqueles que defendem a mudança do marco regulatório, dando a propriedade do petróleo produzido à União Federal, que terá na Petrobrás sua única operadora, pois ela tem acesso aos recursos financeiros, mais que as demais petroleiras, e à tecnologia que ela ajudou a desenvolver e conhece de sobra.

Temos feito palestras por todo o País levando as informações da grandeza e da importância estratégica do pré-sal. Sentimos que as pessoas se mostram totalmente surpresas, mas ficam empolgadas com as informações. Temos receio que a campanha não tenha o tempo necessário de conscientização. Por outro lado, temos a nosso favor o fato de que a falácia do mercado ser mais competente que o estado, ruiu de forma fragorosa.

Temos lembrado às pessoas que, nas décadas de 40 e 50, quando o petróleo era apenas um sonho foi feito o maior movimento cívico neste país. AGORA QUE O PETRÓLEO É UMA REALIDADE QUE SUPERA TODAS AS EXPECTATIVAS MAIS OTIMISTAS, TEMOS MUITO MAIS MOTIVO PARA DEFENDÊ-LO EM FAVOR DO POVO DO NOSSO PAÍS. Mas, senhor presidente, no entender da AEPET, algumas questões abaixo apresentadas são providências a serem tomadas para defender o interesse da Empresa e dos acionistas minoritários, conforme exposição a seguir:

1. Níveis remuneratórios praticados na Petrobrás:

Senhor presidente, estamos vendo com muita preocupação o futuro do corpo técnico da Companhia, em face de uma política de Recursos Humanos desastrosa. Um exemplo é o nível remuneratório se situar muito abaixo da média do nível remuneratório das empresas de petróleo.

O salário da Petrobrás chega a ser muito menor que a metade do salário das grandes estatais (IPEA, BACEN, CVM, SUSEP); se a Petrobrás não consegue competir salarialmente com estatais brasileiras, como irá competir com empresas estrangeiras?

Geopolítica do Petróleo

O PETRÓLEO E O MEIO AMBIENTE

Emanuel Cancellia*

A campanha "O Petróleo Tem que Ser Nosso" tem sofrido várias e severas críticas dos ambientalistas, com as quais concordamos em parte. De fato a indústria do petróleo traz algum dano ao meio ambiente, mas principalmente por aqueles que exploram o petróleo de forma selvagem, pensando apenas nos lucros. Se a exploração for responsável, para atender apenas às necessidades do País, os estragos são infinitamente menores. Vale pensar nisso!

Que o petróleo se manterá como a matriz energética mundial nos próximos 50 anos, ninguém duvida. O que tem que ser observado é a forma de exploração. Temos que respeitar o meio ambiente, investir pesadamente em sustentabilidade e adotar programas emergenciais para eventuais danos ambientais. É nessa lógica que queremos a nossa Petrobrás. Por isso, defendemos o Projeto de Lei do Senado (PLS) 531/09, elaborado pelos movimentos sociais, tem indiscutível valor, por pregar uma Petrobrás 100% estatal e pública e a volta do monopólio estatal do petróleo. Além de defender o fim dos danosos leilões da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) e a anulação dos já realizados, assim como a criação do fundo soberano social. Se tal PLS for aprovado a empresa não precisará explorar o petróleo, como determina a ANP, de forma predatória.

Como temos afirmado, o Brasil pode servir de exemplo ao mundo, diminuindo a participação do petróleo na produção de energia, e aí temos como avançar nos investimentos em energia solar, hídrica e eólica e biomassa. Mas para isso vamos precisar de dinheiro para financiar esses projetos. Para diminuirmos o aquecimento global temos que mudar o modelo de transporte de massa, que no Brasil, é preponderantemente rodoviário, para investirmos nos trens, muito menos agressores ao meio ambiente e muito mais eficazes. Para isso, vamos precisar de muito investimento. Também não vamos cair na esparrela da falsa defesa do meio ambiente e ignorar os problemas humanos. Muito pelo contrário! Uma coisa está amarrada a outra. Para resolvermos todos os nossos problemas sociais, tais como a reforma agrária, saúde e educação ineficientes, falta de moradias e a de segurança pública, vamos precisar de vultosos recursos financeiros. Pois é, viabilizar o pagamento dessa imensa dívida social com nosso povo e, sobretudo, contribuir para reduzir o aquecimento global vamos precisar do dinheiro do petróleo.

E tem mais: ou nós exploramos nosso petróleo, principalmente as reservas gigantes do pré-sal, ou entregamos aos gringos, que certamente irão explorá-lo de forma predatória, sem os cuidados que a Petrobrás toma. A Petrobrás, apesar do estigma de vilã do meio ambiente, é disparada a empresa no Brasil que mais investe em políticas ambientais. Queremos que o investimento nessa área seja ainda maior, claro. Portanto, garantir todo esse petróleo para os brasileiros, como prega a PLS dos movimentos sociais, permite tratá-lo como estratégico. Além do mais, o Brasil já é autossuficiente na produção de petróleo e não precisamos nos transformar num grande exportador. Podemos controlar, de fato, a extração do petróleo, com o intuito de reduzir possíveis estragos à natureza.

Um alerta: o petróleo é responsável por cerca de três mil produtos petroquímicos fundamentais no nosso dia a dia. Sua industrialização e a comercialização desses produtos geram mais lucro que a venda de combustíveis. Portanto, a redução da extração reduz a exploração selvagem e gananciosa, aumentando a longevidade de nossas reservas de hidrocarboneto, contribuindo para a diminuição do aquecimento global.

Temos que considerar também que o petróleo, tamanha sua importância econômica, é motivador das principais guerras no mundo moderno, tais como a do Iraque e do Afeganistão. Foi responsável também pela tentativa de golpe na Venezuela e no Irã. Tudo isso tem como pano de fundo o ouro negro, objeto de cobiça das multinacionais e dos governos que seguem suas ordens. Por mais contraditório que possa parecer, garantir que todo o petróleo do nosso subsolo seja nosso é também defender o meio ambiente!

Emanuel Cancellia é diretor do Sindipetro-RJ

Fonte: Agência Petroleira de Notícias (www.apn.org.br)

30/04/2010



Você pode superar mais essa barreira:
o medo de falar da violência.
Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher.



Ligue 180

ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse www.aepet.org.br Ou assista a qualquer hora o programa em seu computador na nossa

OUCA

Programa
FAIXA LIVRE

Ouca agora
na internet

Rádio Banderantes
1360 KHZ AM
De segunda a sexta
das 8h às 10h

Ou escute o programa
qualquer dia ou qualquer hora
na página da AEPET:

Continuação da pág 03

AEPET REAFIRMA DEFESA DA SOBERANIA DO BRASIL NO SETOR PETRÓLEO, DA PETROBRÁS E DE SEU CORPO TÉCNICO

O absurdo é tal que constatamos, recentemente, que o salário básico de nível superior da Empresa está abaixo do salário mínimo de engenheiro estabelecido por lei. Comprovamos este fato em recente reunião com o Sindicato dos Engenheiros.

Tendo em vista o acima exposto, voltamos a sugerir uma ampla reformulação da política salarial da Empresa, a fim de recompor as perdas da ordem de 90%, segundo o DIEESE, e assim evitar que os nossos técnicos sejam atraídos pelos melhores salários em empresas concorrentes, inclusive multinacionais. Evita-se que a Petrobrás seja uma escola de técnicos para as multinacionais. Sugerimos também uma ampla reformulação da política de Recursos humanos e previdenciária. Ambas deletérias à retenção de técnicos.

2. A situação da Petros

Como é do conhecimento da direção da Empresa, temos críticas à política desenvolvida na questão previdenciária. Como não foi possível alterar este posicionamento que, no nosso entendimento, prejudica os empregados ativos e aposentados e a própria Petrobrás, tivemos que questionar judicialmente as alterações implementadas. Sempre é importante lembrar que o grande instrumento de RH da Petrobrás na retenção de talentos e do sentimento de vestir a camisa da Companhia por parte de seus empregados, foi o Plano Petros de Benefício Definido (BD). Sua mudança para Petros 2 Contribuição Definida (CD) incentiva a saída dos técnicos para outras empresas, levando os conhecimentos adquiridos para as concorrentes. A direção da Petros teve as suas contas rejeitadas pelo Conselho Fiscal pelo sétimo ano consecutivo, o que foi referendado por todos os conselheiros deliberativos eleitos, mas os seus dirigentes continuam, e atuando contra a categoria, que deveriam defender.

Lembramos a grande irregularidade do fechamento do Plano Petros: o Conselho de Administração da Petrobrás decidiu por solicitar à Petros que deliberasse so-

bre esse fechamento. O ex-presidente Francisco Gros distorceu essa decisão, oficiando à Petros que o CA havia fechado o plano, fato inverídico que sequer tinha amparo na legislação vigente.

Assim, reiteramos que a Petrobrás e a Petros eliminem essa irregularidade restaurando para os mais de 20.000 empregados admitidos no período de agosto de 2002 a 26 de março de 2006, o direito legal de optar entre o Plano Petros e o Petros 2.

3. Eliminação das divisões discriminatórias

Também solicitamos a eliminação do limite de salário de contribuição do pessoal que entrou na Companhia após 1982, por ser uma discriminação absurda e injustificada que leva um contingente da maior competência e experiência a uma insatisfação desnecessária com a nossa grande companhia. A lei que fixou o limite foi extinta. Não tem sentido. Também o pessoal 78/79 é discriminado no tempo de aposentadoria. Essa divisão da Empresa em classes só interessa às empresas estrangeiras que cobijam o nosso petróleo.

4. A Terceirização

A questão da terceirização continua e põe em risco a eficiência da empresa. Além da não qualificação adequada dos terceirizados ela permite um nepotismo explícito. Há ainda a promiscuidade na contratação de Pessoas, muitas com competência duvidosa. Isto pode ser visto no exemplo que recebemos através de carta de um associado:

"Na minha unidade também constatei que não é só a questão de manter um contratado já treinado, mas cria-se um vínculo de amizade e o contratado é mantido independentemente da sua competência. Isso é mais evidente com contratados com estudo superior, os quais, pelo título que tem precisariam de um mínimo de treinamento. Com essa gestão de terceirizados dos últimos anos na Petrobrás há locais tão inchados e improdutivos quanto o serviço público". A cifra de terceirizados já supera os 200.000!

5. Monopólio da Odebrecht no setor petroquímico

1. A Petrobrás fechou acordo com a Odebrecht para constituir um grupo que deterá a maioria da atividade petroquímica no país. Este objetivo vinha sendo perseguido pela Odebrecht há anos, e agora foi colocada como controladora da associação, apesar de ter porte muito inferior ao da Petrobrás;

2. Quando da aquisição do Grupo Ipiranga pela Petrobrás, Ultrapar e Braskem em março de 2007, em correspondência dirigida aos membros da Diretoria e Conselho de Administração da Petrobrás, a AEPET comentava que a participação da Petrobrás "foi utilizada indiretamente para garantir o controle da Braskem. Que é controlada pelo Grupo Odebrecht. A conclusão inescapável é que a Petrobrás, despendeu US\$ 1,3 bilhão para viabilizar a hegemonia da Braskem no setor petroquímico; garantir 15% do mercado de distribuição de combustíveis para a Ultrapar e assegurar a entrada das duas empresas no refino, com petróleo subsidiado. Muito melhor negócio faria se comprasse todos os ativos da IPQ assumindo forte posição na Copesul. Com 45,09% (15,63 + 29,46) das ações. Aumentaria sua participação no setor e evitaria o controle da Braskem, que já o faz na central petroquímica do Nordeste;

3. Nunca é demais lembrar que, até o início da década de 90, a Petrobrás detinha 67,2% da Copesul. Com a privatização teve sua participação reduzida para os atuais 15,63% na Copesul. Recebeu em moedas podres R\$ 861 milhões pelos 51,6% vendidos. Para recuperar 11,8% (40% de 29,46%) pagou, junto com o restante do pacote, US\$ 1,3 bilhão;

4. Na Copene não foi diferente. A participação da Petrobrás foi reduzida de 36,2% para 9,81%. O principal comprador foi a Norquisa, hoje controlada pela Odebrecht. A própria aquisição da Copene - que foi absorvida pela Braskem - se deu, a nosso ver, de forma irregular o que gerou uma Ação Civil Pública da AEPET con-

tra esta operação;

5. Como exposto em correspondência da AEPET dirigida aos membros da Diretoria e Conselho de Administração da Petrobrás, em 26 de março de 2006, "A ODEBRECHT não é uma parceira que a PETROBRÁS deva buscar para seus negócios. Ela não desfruta de uma boa imagem empresarial pela agressividade com que trata seus concorrentes e empregados. Nas eleições, faz doações para políticos de diversos partidos, recebendo um eficiente apoio parlamentar. Seu patrimônio tem origem em benesses do Estado, desde o modelo tripartite da criação da petroquímica brasileira. No Programa Nacional de Desestatização da década de noventa, apropriou-se de participações acionárias da PETROQUISA, ajudando na desestruturação do setor. O Centro de Pesquisas na Área Petroquímica, que estava sendo construído pela PETROBRÁS no Rio de Janeiro, foi desativado e outros centros de pesquisas nas empresas, também, foram fechados. Seu interesse, como sempre, são os recursos financeiros da PETROBRÁS e a garantia do fornecimento de matéria-prima a baixo custo".

Lembramos ainda, senhor presidente, que o senhor nos deve uma informação sobre os mecanismos escaladores referentes à troca de ativos com a Repsol. A Petrobrás recebeu ativos da Repsol que perderam mais de 50% do seu valor, três dias depois do acordo firmado. Pelo contrato e os mecanismos citados a empresa deveria reembolsar a Petrobrás. Como está hoje esta situação. O aporte foi feito?

Estas são questões importantes para a sobrevivência tecnológica da nossa companhia que necessitam de urgente revisão, caso contrário ela terá muita dificuldade de enfrentar a concorrência, nem sempre leal, da indústria internacional do petróleo.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2010.

Fernando Leite Siqueira
Presidente da AEPET

CLUBE DE ENGENHARIA AVALIA QUE EMENDA HENRIQUE ALVES PIORA A PROPOSTA PARA NOVA LEI DO PETRÓLEO

A diretoria do Clube de Engenharia publicou análise intitulada "Pior do Mundo", na qual apresenta um comparativo das três legislações do setor petróleo, em vista das discussões no Congresso Nacional para uma nova legislação do setor. Os engenhei-

ros, através do Jornal do Clube de Engenharia (abril de 2010), corroborando com a AEPET, criticaram à emenda do relator Henrique Alves ao Projeto de Lei 5.938, por piorar em muito a proposta do Governo Federal. Pela emenda do relator, notadamente

a alteração do parágrafo 2º (artigo 42) da referida PL, o consórcio terá os royalties, que pagará em reais, devolvidos em petróleo. Confira a íntegra da matéria no portal www.aepet.org.br, seção Petróleo & Política. O relator, num total absurdo, introduziu no §2º

(art. 42 do PL 5.938), que o consórcio terá os royalties, que pagará em reais, devolvidos em petróleo. E mais: além de não pagar os royalties, o consórcio ainda os recebe de volta em Petróleo, a fonte de poder.

